



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÃO DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Reuniões de Comissões
- 3 – ORDENS DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 4.1 – Comissões
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



PROPOSIÇÃO DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.056

Institui o Dia Estadual do Radialista.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual do Radialista, a ser comemorado anualmente no dia 7 de novembro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de maio de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/4/2016

Às 15h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* da Sra. Maria de Lourdes Silva Rodrigues, diretora-presidente da Apae de Carmo do Paranaíba, que encaminha ofício solicitando à Secretaria de Estado de Educação a cessão de profissionais da educação para complementar o quadro de funcionários da Apae. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Júlio Delgado, deputado federal, publicado no *Diário do Legislativo*,



em 15/4/2016. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.128/2015 (relator: deputado Elismar Prado), que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2016.

Duarte Bechir, presidente – Elismar Prado – Arnaldo Silva – Rosângela Reis.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/5/2016

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Inácio Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* dos Srs. Gil Pereira, presidente da Comissão de Minas e Energia, convidando os membros desta comissão para participarem do debate público Energia de Fontes Renováveis: o Novo Ciclo do Ouro em Minas Gerais, em 4/5/2016; Carlos Mateus Ribeiro, encaminhado pelo Fale com a Assembleia, em que ressalta a necessidade de ações efetivas dos órgãos competentes para combater a crise hídrica; Vitor Corleone da Silva, policial militar, encaminhando boletim de ocorrência policial, com anexo fotográfico, em que registra conduta de prática de abuso e maus-tratos de animais; e ofício do Sr. Vilson Luiz da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, em que apresenta propostas de alteração do Projeto de Lei nº 3.312/2016, que institui a política estadual dos atingidos por barragens e outros empreendimentos e dá outras providências. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.871/2016, da deputada Marília Campos, em que requer sejam encaminhados pedidos de providências às Secretarias de Estado de Governo, de Planejamento e Gestão e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para dar celeridade ao processo de negociação do plano de carreira dos servidores do meio ambiente de Minas Gerais;

nº 5.874/2016, do deputado Cássio Soares, em que requer seja realizada audiência de convidados para apresentação da campanha Mar de Lama Nunca Mais pela Associação Mineira do Ministério Público – AMMP – e pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismo – Caoma;

nº 5.878/2016, do deputado Cássio Soares, em que requer seja realizada audiência de convidados para apresentação pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – dos avanços conquistados pela nova legislação estadual nos processos de licenciamento em decorrência da Lei nº 21.972, de 2016;

nº 5.881/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria para debater a orientação formulada pelos órgãos do governo do Estado, especialmente pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento – Semad –, junto ao Banco do Brasil, exigindo dos produtores rurais o licenciamento ambiental e a apresentação da outorga da água em sua propriedade como requisitos básicos para obtenção de financiamentos agrícolas, o que tem causado grande problema, principalmente no acesso a recurso do Pronaf;

nº 5.882/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a possível implantação de barragem de rejeitos em Rio Acima;

nº 5.883/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 65/2012, que prevê a extinção do licenciamento ambiental.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2016.

Cássio Soares, presidente – Inácio Franco – Gustavo Corrêa.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/5/2016

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC), Dirceu Ribeiro e Noraldino Júnior (substituindo, respectivamente, os deputados Agostinho Patrus Filho e Fábio Cherem, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Agostinho Patrus Filho, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.258/2016 na forma do Substitutivo nº 1, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, do deputado Dirceu Ribeiro. Após discussão e votação, é aprovado o parecer. A presidência informa que a Proposta de Emenda nº 1 já está contemplada no parecer. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.818/2016, dos deputados Rogério Correia e Professor Neivaldo, em que requerem seja realizada visita ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão e ao presidente do Ipsemg para entregar as notas taquigráficas da audiência pública que debateu a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais e a revisão do plano de carreira dos servidores do Hospital Governador Israel Pinheiro, bem como para tomar conhecimento do andamento das negociações sobre a questão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2016.

João Magalhães, presidente – Cabo Júlio – Fábio Cherem – Gustavo Valadares.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/5/2016

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Vitor Valverde, secretário municipal de governo de Belo Horizonte (13/4/2016); e Helder Santos Amorim, procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (15/4/2016). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.222 a 4.224, 4.382, 4.383, 4.392, 4.412 a 4.416, 4.425, 4.428, 4.429, 4.497, e 4.509 a 4.513/2016.



Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.934/2016, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG - pedido de providências com vistas a suspender a tarifa do serviço de esgotamento sanitário no Município de Divinópolis, uma vez que tal cobrança fere o disposto na Lei Municipal nº 6.589, de 2007;

nº 5.935/2016, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG - pedido de informações sobre a data de início das obras relativas ao contrato de prestação de serviço de esgotamento sanitário no Município de Divinópolis;

nº 5.937/2016, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja encaminhado ao presidente Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG - pedido de informações sobre os valores recebidos pela taxa de esgoto nos anos de 2013 a 2015 em Divinópolis, relativos ao contrato de prestação de serviço de esgotamento sanitário;

nº 5.938/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater os projetos relativos às possíveis intervenções no trânsito de Belo Horizonte visando melhorar o tráfego na capital;

nº 5.939/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para debater a situação do Hospital Sofia Feldman, localizado em Belo Horizonte;

nº 5.940/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a possível instalação de aterro sanitário metropolitano no Município de Ribeirão das Neves;

nº 5.941/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Ouro Branco, para debater o Decreto nº 45.180, de 21/9/2009, que cria o Parque Estadual Serra do Ouro Branco, localizado nos Municípios de Ouro Branco e Ouro Preto;

nº 5.942/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater as imposições propostas pelo Projeto de Lei Complementar Federal nº 257, de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal;

nº 5.943/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a viabilidade da implementação do Centro Administrativo de Belo Horizonte no estacionamento da rodoviária, na Região Central da Capital;

nº 5.944/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater o retorno do 7º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Cândida Cabra;

nº 5.945/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater o aumento dos índices de criminalidade no Bairro Lourdes, na região Centro-Sul de Belo Horizonte;

nº 5.946/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a privatização das estradas do Estado a partir do segundo semestre de 2016;

nº 5.947/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a poluição dos rios da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 5.949/2016, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública para debater os contratos de concessão do transporte coletivo urbano de Contagem e sua melhoria;



nº 5.950/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a redução da folha de terceirizados da Superintendência de Limpeza Urbana, estimados em mil garís, em decorrência do corte orçamentário previsto pela Prefeitura de Belo Horizonte;

nº 5.951/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater as medidas de segurança adotadas no Aeroporto Internacional Tancredo Neves;

nº 5.952/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater as normas de integração entre bicicletas e ônibus em Belo Horizonte;

nº 5.953/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a possível implementação de barragem de rejeitos em Rio Acima;

nº 5.955/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 65/2012, que acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental;

nº 5.957/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a possível construção de ciclovia na Rodovia MG-010;

nº 5.958/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a proposta do Dnit relativa à paralisação das obras nas rodovias do Estado;

nº 5.959/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.510, de 2016, que extingue a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - e dá outras providências;

nº 5.961/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a priorização de atendimento no Hospital Metropolitano do Barreiro, no Município de Belo Horizonte;

nº 5.962/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fechamento das agências do Banco Itaú nos Municípios de Alagoa, Andrelândia, Carvalhos e Córrego do Bom Jesus em razão da exigência dessa instituição bancária aos municípios para que instalassem portas giratórias nas agências bancárias.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2016.

Fred Costa, presidente – Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/5/2016

Às 16h8min, comparece na Sala das Comissões o deputado Antônio Jorge, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os resultados da pesquisa sobre os padrões genéticos do alcoolismo e seus reflexos nas políticas públicas de prevenção e tratamento da dependência química. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Ana Lúcia Brunialti Godard, professora-associada da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais – UFMG – e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Genética da UFMG. A presidência faz suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de



todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2016.

Missionário Márcio Santiago, presidente – Léo Portela – Dilzon Melo.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/5/2016

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Joaquín Molina, representante no Brasil da Organização Pan-Americana da Saúde, da Organização Mundial de Saúde (21/4/2016), e das Sras. Priscila Cândido Ubriaco de Oliveira, chefe de gabinete da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, e Ana Paula de Ávila Pinto, técnica administrativa da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região (ambos em 28/4/2016). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.498/2015 (relator: deputado Carlos Pimenta) na forma do Substitutivo nº 2, e 1.997/2015 (relator: deputado Glaycon Franco) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.258, 4.292, 4.296, 4.352, 4.355 e 4.402/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.903, 5.906 e 5.908/2016, este último com emenda apresentada pelo deputado Arlen Santiago.

É recebido pela presidência, submetido à votação e aprovado o Requerimento nº 5.980/2016, dos deputados Carlos Pimenta, Arlen Santiago e Glaycon Franco, em que requerem seja realizada visita ao secretário de Estado de Saúde, Sávio Souza Cruz, para debater a situação da saúde pública em Minas Gerais.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 5.966/2016, do deputado Iran Barbosa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do Hospital Santa Casa de Belo Horizonte, em razão do incêndio ocorrido no dia 4/5/ 2016 no anexo da engenharia clínica e no centro de pesquisas do hospital;

nº 5.967/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater os cortes efetuados no Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental – PAI-PJ –, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, que podem reduzir seu atendimento apenas à Comarca de Belo Horizonte, com a presença de representantes do Conselho Estadual de Saúde e de gestores do programa;

nº 5.968/2016, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o atendimento dos pacientes oriundos do Vale do Jequitinhonha que necessitam realizar procedimentos cirúrgicos em Belo Horizonte e dependem da Central de Leitos, na qual há constante demora para atendimento;

nº 5.969/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater a transmissão do vírus da dengue e da zika por transfusão de sangue, conforme reportagem da *Folha de São Paulo* em 9/5/2016;



nº 5.970/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada visita ao secretário de Estado de Saúde, com a presença do secretário municipal de saúde de Barbacena e de representantes do Hospital Regional de Barbacena, da Santa Casa de Misericórdia de Barbacena, do Hospital Ibiapaba e da Seplag, para debater os problemas enfrentados pelas citadas unidades hospitalares;

nº 5.971/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde e à Vigilância Sanitária pedido de providências para que realizem visita ao Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena a fim de averiguar as dependências da cozinha e as condições de transporte das refeições destinadas aos pacientes da unidade;

nº 5.972/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para aumentar a cota de profissionais e técnicos de saúde para as unidades da Fhemig;

nº 5.973/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater sobre a linha de crédito do BDMG, do BNDES e da Caixa Econômica Federal voltada aos hospitais filantrópicos do Estado;

nº 5.974/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada visita ao Hospital do Ipsemg em Belo Horizonte para verificar as condições de atendimento na unidade e de trabalho dos médicos e dos demais funcionários;

nº 5.975/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para avaliar a possibilidade de aumento do número de médicos residentes em anestesiologia e neurocirurgia nos hospitais da Fhemig;

nº 5.976/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos funcionários, dos prédios e dos hospitais da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig;

nº 5.977/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater a cobrança de água e energia elétrica dos moradores das colônias de hanseníase da Fhemig, entre outros e os demais problemas das entidades;

nº 5.978/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para substituir as camas das clínicas e do CTI do Hospital Regional de Barbacena, pois elas se encontram sucateadas e seu manuseio vem ocasionando problemas ergonômicos aos funcionários, bem como afastamento do trabalho;

nº 5.979/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada visita à Superintendência Regional de Saúde em Juiz de Fora, à Secretaria Municipal de Saúde e ao Posto Central de Hidratação – PAM Marechal –, no Município de Juiz de Fora, para discussão e verificação da preocupante situação de incidência do vírus da dengue na cidade;

nº 5.981/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o desenvolvimento e a implementação da estratégia de remanejamento e encaminhamento dos 145 moradores do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena – CHPB –;

nº 5.982/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada reunião com convidados com o presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – sobre a situação da água nos Municípios do Vale do Jequitinhonha e Mucuri que impacta as condições de saúde da região;

nº 5.983/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para reativar o convênio celebrado com o Hospital Regional de Barbacena em 2014, no valor de R\$16.000.000,00, com a finalidade de adequar a infraestrutura dessa unidade hospitalar e instalar novos leitos de CTI.

A presidência acusa o recebimento e dá ciência da Carta de Apresentação do Fórum Mineiro de Enfermagem – FME –, no qual será debatida a regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas semanais para a categoria, encaminhada pela Associação Brasileira de Enfermagem – Aben – e outras entidades.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2016.

Arlen Santiago, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/5/2016

Às 16h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo a deputada Ione Pinheiro, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Fábio Avelar Oliveira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o seguinte parecer: pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.917/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Bosco). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.985/2015, 3.247 e 3.324/2016. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.378, 4.423, 4.457, 4.460, 4.461, 4.462, 4.463, 4.464, 4.465, 4.466, 4.467 e 4.524/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.985/2016, dos deputados Bosco, Wander Borges, Dalmo Ribeiro Silva e do deputado Fábio Avelar Oliveira, em que requerem sejam formulados votos de congratulações com a Prefeitura de Cataguases, o Centro Cultural Humberto Mauro e a Agência de Desenvolvimento Polo Audiovisual pela exitosa colaboração na realização do 10º Encontro Regional do Fórum Técnico Plano Estadual de Cultura, em 2/5/2016, no Centro Cultural Humberto Mauro, em Cataguases;

nº 5.991/2016, do deputado Wander Borges, em que requer seja realizada visita em conjunto com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para verificar a situação do início e da licitação das obras de reforma e restauração da Escola Estadual Paula Rocha, no Município de Sabará;

nº 5.997/2016, dos deputados Bosco, Wander Borges, Fábio Avelar e Dalmo Ribeiro Silva, em que requerem seja encaminhado à Presidência da República, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal manifesto em defesa da manutenção do Ministério da Cultura como órgão independente na estrutura da administração pública federal responsável pelas políticas públicas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2016.

Bosco, presidente – Wander Borges – Thiago Cota.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/5/2016

Às 16h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Isauro Calais, Glaycon Franco e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Isauro Calais, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada



por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação dos aposentados e pensionistas idosos no Estado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 6.000/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência de convidados para ouvir o Sr. Bruno Cordeiro, prefeito de Sacramento, sobre as experiências de atenção ao idoso desenvolvidas nesse município. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Ana Maria Belo de Abreu, coordenadora do Fórum Permanente Cláudio Vilaça; e os Srs. Otto Lopes de Figueiredo, vice-coordenador do Fórum Permanente Cláudio Vilaça; Dilson José de Oliveira, coordenador especial de Políticas para o Idoso da Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, representando Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais; Wagner Cândido Ferreira, secretário executivo do Conselho Estadual do Idoso – CEI; Jorge Roberto Afonso de Souza Silva, presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais; Moisés de Oliveira Melo, representante da Associação dos Contribuintes e Aposentados da Previdência Geral e Estadual; e Carlos Alberto dos Passos, presidente do Movimento de Luta Pró Idoso de Minas Gerais. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2016.

Isauro Calais, presidente – Geisa Teixeira.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/5/2016

Às 9h15min, comparece na Câmara Municipal de Unaí o deputado Arlen Santiago, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dilzon Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação da oncologia no Noroeste de Minas Gerais e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Silvone Francisca de Oliveira, diretora executiva da Associação do Noroeste Mineiro de Estudos e Combate ao Câncer; e Juliana Raimundo Luiz, secretária de Saúde de Unaí; e os Srs. Zeuman de Oliveira, superintendente regional de Ensino de Unaí, representando o vice-governador do Estado de Minas Gerais; Delvito Alves da Silva Filho, prefeito de Unaí; Petrônio de Sousa Rocha, presidente da Câmara Municipal de Unaí; Olavo Remígio Condé, prefeito de Paracatu; Geraldo Anchieta Rosário Oliveira, prefeito de Uruçuia e presidente da Associação dos Municípios do Noroeste de Minas; José Lucas da Silva, vereador de Unaí; Valmir Gontijo Ferreira, prefeito de Riachinho; Luiz Araújo Ferreira, diretor da Gerência Regional de Saúde de Unaí; Lindomar Marques Babilônia, diretor da Superintendência Regional de Saúde de Patos de Minas; José dos Reis Domingos Silva, secretário municipal de Saúde de Bonfinópolis e presidente do Cosems Unaí. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2016.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta – Geraldo Pimenta.

**ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/5/2016**

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Tadeu Martins Leite, Tiago Ulisses (substituindo o deputado Antônio Jorge, por indicação da liderança do BCMG) e Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Durval Ângelo e Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o vice-presidente da comissão. Registra-se a candidatura do deputado Tadeu Martins Leite para o cargo de vice-presidente. Após votação nominal, é eleito, por unanimidade, o deputado Tadeu Martins Leite. O presidente proclama o resultado da eleição e declara empossado como vice-presidente o deputado Tadeu Martins Leite. Registra-se a presença dos deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Elismar Prado. O vice-presidente agradece aos votos recebidos e à confiança nele depositada. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2016.

Leonídio Bouças, presidente – Isauro Calais – Luiz Humberto Carneiro – Bonifácio Mourão – Cristiano Silveira – Antônio Jorge – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/5/2016

Às 19 horas, comparece no Salão da Primeira Igreja Batista de Santos Dumont o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater possíveis processos ilegais de adoção e tráfico internacional de crianças ocorridos no referido município e cidades vizinhas na década de 1980. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Camila Luna Mendes, assessora da Procuradoria da República, representando o Sr. Onofre de Faria Martins, procurador Regional da República no Município de Juiz de Fora; Izabel Maria de Jesus, vítima, da cidade de Santos Dumont; e Luciana da Silva Duarte, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária do Estado da Paraíba; e os Srs. Junie Penna, instrutor das disciplinas de Direitos Humanos e Cidadania, Ética e Sociedade, Estado e Polícia da Polícia Rodoviária – Unidade de Juiz de Fora; Claudinei dos Santos Lima, sociólogo e conselheiro Estadual de Minas Gerais dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Juiz de Fora; Ronaldo Guilherme Campos, chefe do Departamento da Polícia Federal de Juiz de Fora; Abraão Fernandes Nogueira, conselheiro tutelar de Juiz de Fora; Conrado Luciano Baptista, advogado, de Santos Dumont; e Itamar Pedro Lemeur, vítima, da cidade de Santos Dumont. A presidência, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2016.

Cristiano Silveira, presidente – Marília Campos – Geraldo Pimenta.

**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2016**

Às 9h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Valadares e Gustavo Corrêa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, ouvir o Cel. PM Helbert Figueiró de Lourdes, o Cel. PM Eucles Honorato Júnior, o Ten.-Cel. PM Gianfranco Caiafa, o Ten.-Cel. PM Cláudio Vítor e o 1º-Ten. PM Leonardo Guimarães Oliveira Maillou, para prestarem esclarecimentos sobre o deslocamento de grande parte do efetivo da Polícia Militar para Ouro Preto, em 21/4/2016, e sobre a forma de atuação dos policiais militares no evento realizado nesse município, os quais infringiram a Constituição da República, especialmente os direitos de ir e vir, de manifestação e de liberdade de expressão e garantias com natureza de cláusulas pétreas, em cumprimento a ordem do governador do Estado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Cláudio Henrique de Oliveira Vasconcelos, encaminhado por meio do *site* "Fale com a Assembleia", pedindo apoio da comissão para o combate à criminalidade no Município de Mateus Leme; ofícios dos Srs. Ebinho Pascoal, presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Ipaba, solicitando apoio da comissão para a solução do grave problema do Presídio Dênio Moreira de Carvalho, que possui vagas para 389 presos, e atualmente comporta 987, além do baixo número de agentes penitenciários trabalhando no local, da falta de armamentos e munições e da ausência de muros para o fechamento da unidade prisional; e Coronel PM Helbert Figueiró de Lourdes, Chefe do Gabinete Militar do Governador e Coordenador Estadual de Defesa Civil, justificando a ausência das autoridades militares estaduais convocadas para a audiência pública da comissão ocorrida no dia 17/5/2016 e manifestando a disponibilidade de comparecimento no dia 31/5/2016. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. coronel PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar (28/4/2016); Rafael de Brito Aquino Soares, superintendente regional da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais (29/4/2016); desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, superintendente administrativo adjunto do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (5/5/2016); e Evaldo Luiz Cardoso Silva, prefeito de Caetanópolis (13/5/2016). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. subten. PM Israel Antônio Sanches Ventura, assessor, representando Subtenente Gonzaga, deputado federal; Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Ascobom; 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM; Cb. PM Berlinque Cantelmo, assessor jurídico da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra/PMBM; Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais – CSCS; Wagner Dias Ferreira, membro efetivo da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, representando, William dos Santos, presidente. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2016.

João Leite, presidente – Tito Torres – Cabo Júlio.

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2016**

Às 14h14min, comparece na Sala das Comissões o deputado Celinho do Sinttrocel. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação dos profissionais de enfermagem no Estado, especialmente a jornada de trabalho e o piso salarial desses profissionais. Registra-se a presença da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Geraldo Pimenta e Antônio Jorge (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Doutor Jean Freire. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Elen Cristiane Gandra, enfermeira, representando as Sra. Kênia Lara Silva, diretora da Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Minas Gerais –, Neuza Pereira de Freitas, diretora do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais, Maria do Socorro Pacheco Pena, conselheira fiscal do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Minas Gerais, Ângela de Assis Maia Moura, diretora da área da saúde do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte, e Hozana Reis Passos, integrante do Movimento Enfermeiros em Luta; e os Srs. Marcos Rúbio, presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais – Coren-MG –, José Antônio da Costa, presidente da Associação Nacional dos Auxiliares Técnicos de Enfermagem – Anaten-MG –, e Joaquim Valdomiro Gomes, diretor do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Belo Horizonte e Região – Sindeess. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2016.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Geisa Teixeira.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2016

Às 15h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Cabo Júlio e Tito Torres (substituindo o deputado Sargento Rodrigues, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Anselmo José Domingos. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, discutir a intenção da Chefia da Polícia Civil de retirar a 36ª Delegacia Regional de Polícia Civil – Barreiro – dessa região administrativa, que concentra 512 bairros e aproximadamente 550 mil habitantes. A audiência pública deixa de ser realizada devido à ausência da chefe da Polícia Civil, Andrea Claudia Vacchiano, convocada. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.009/2016, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência pública para debater os índices de violência no Município de Conceição da Aparecida;

nº 6.010/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater e buscar providências necessárias ao enfrentamento da criminalidade no Município de Taquaraçu de Minas, que não dispõe de efetivo policial suficiente e infraestrutura para as ações policiais;



nº 6.011/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a determinação do comandante do 48º Batalhão de Polícia Militar de empenhar os policiais militares em sistema de patrulhas unitárias, ou seja, o comandante de guarnição fica responsável por duas viaturas, já que cada policial cumpre turno de serviço em veículo distinto;

nº 6.012/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Alpinópolis para debater e buscar providências necessárias ao enfrentamento da criminalidade local, de modo a promover maior segurança para os cidadãos;

nº 6.014/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que seja instalada unidade dessa corporação no Município de Capelinha, cuja população de 30 mil habitantes depende, em caso de qualquer incidente, do deslocamento de bombeiros militares lotados em Diamantina, a mais de 250km de distância, totalizando um percurso de aproximadamente três horas;

nº 6.015/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Entre-Rios de Minas para debater e buscar as providências necessárias ao combate do aumento da criminalidade na região, especialmente no que se refere ao tráfico de drogas;

nº 6.017/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública em Patos de Minas para debater a criminalidade no município, especialmente a suposta ocorrência de inúmeros crimes de estupro na localidade, e solicitar providências necessárias;

nº 6.019/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a substituição imediata dos coletes a prova de balas disponibilizados aos policiais militares lotados na 226ª Companhia do 42º Batalhão da Polícia Militar, em Três Marias, uma vez que esses coletes se encontram vencidos desde 2014;

nº 6.021/2016, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado João Leite, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações acerca do Presídio Dênio Moreira de Carvalho, localizado em Ipaba, especificando a capacidade do estabelecimento prisional, o número atual de detentos, o número de agentes de segurança por turno, por plantão, com a carga horária e a escala de folga, e se o estabelecimento prisional possui equipamentos de segurança para os agentes, como armamentos, munições e coletes, conforme estabelecido na Lei nº 18.015, de 2009;

nº 6.023/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.503/2016, que, ao dispor sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado, prevê que os cargos de agente de segurança socioeducativo serão lotados no quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap – e que poderão ser cedidos para a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – e para a Fundação Educacional Caio Martins - Fucam;

nº 6.025/2016, do deputado Felipe Attiê, em que requer seja realizada audiência pública para debater a padronização das normas de segurança exigidas para a realização de eventos no Estado;

nº 6.028/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a situação do depósito de veículos da Polícia Civil, no Bairro Gameleira, em Belo Horizonte.

É aprovado pedido de informações, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento Interno, ao autor do Projeto de Lei nº 3.164/2015, para que o processo seja instruído com a documentação necessária a sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Cabo Júlio.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2016

Às 15h44min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e os deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão, Arnaldo Silva e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o fornecimento de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção – OPMs – para as pessoas com deficiência e a conformação da Rede de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência no Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Kátia Ferraz Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conped; e o Sr. David Mello de Jesus, coordenador da Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência da Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde, representando o secretário de Estado de Saúde. A presidência, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2016.

Duarte Bechir, presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2016

Às 16 horas, comparecem (ou comparece) na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios (14) da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária-adjunta da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, publicados no *Diário do Legislativo* em 14/4/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.038/2016, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater os problemas enfrentados pelos moradores da Agrovila 1, no Município de Jenipapo de Minas, após a construção da Barragem de Setúbal;

nº 6.039/2016, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação das famílias da Comunidade de Cabeceira do Piabanha, no Parque do Cariri, Município de Salto da Divisa, e a preservação do referido parque;

nº 6.040/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que o Fórum Mineiro de Educação Infantil seja incluído na composição do Fórum Estadual de Educação;

nº 6.041/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que apoie, por meio das Superintendências Regionais de Ensino, a criação e implementação dos conselhos municipais e os respectivos sistemas municipais de educação;

nº 6.042/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que sejam implementados programas de atendimento na educação infantil, em parceria com os municípios, tendo em vista a Emenda à Constituição Federal nº 59/2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de matrícula na educação infantil, a partir de 2016, para crianças de 4 a 5 anos;

nº 6.043/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, no Município de Teófilo Ottoni, para debater a Emenda à Constituição Federal nº 59/2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade da matrícula na educação infantil, a partir de 2016, para crianças de 4 e 5 anos;

nº 6.044/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão Direitos Humanos para debater o Projeto de Lei nº 1.831/2015, que cria o Conselho Estadual de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, conforme solicitação do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais – Cellos-MG;

nº 6.045/2016, da deputada Marília Campos, em que requer sejam encaminhadas à Prefeitura de Contagem, ao Departamento de Estradas de Rodagem, à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas e à Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem – Transcon – as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 27/4/2016, para conhecimento das demandas dos participantes da audiência sobre transporte público na regional de Petrolândia, no Município de Contagem;

nº 6.046/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Contagem pedido de providências para realização do processo licitatório para concessão de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros para todas as linhas do município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2016.

Doutor Jean Freire, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/5/2016

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Cristiano Silveira e Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Geisa Teixeira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, o presidente decide tornar sem efeito a 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/5/2016, por ausência de pressupostos regimentais, bem como todos os atos nela praticados, inclusive a aprovação do Requerimento nº 5.984/2016, de autoria dos deputados Rogério Correia, Celise Laviola e Geraldo Pimenta. Comunica, ainda, o recebimento de ofício do Sr. Paulo Roberto de Araújo, presidente em exercício da MGI Participações, publicado no *Diário do Legislativo* em 21/4/2016. A presidência designa o deputado Rogério Correia como relator da visita realizada em 9/5/2016 ao Acampamento pela Democracia, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer sobre emendas apresentadas em Plenário pela rejeição da Emenda



nº 2 e pela aprovação do Substitutivo nº 2 que apresenta, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 2.223/2015 (relatora: deputada Marília Campos, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.746/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os ataques a entidades e instituições comprometidas com as causas populares;

nº 5.984/2016, do deputado Rogério Correia, da deputada Celise Laviola e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a situação dos servidores do sistema socioeducativo, no âmbito da Secretaria de Defesa Social, a reestruturação das carreiras dos servidores técnicos administrativos do sistema de segurança prisional e socioeducativo, bem como a reforma administrativa do Poder Executivo;

nº 6.047/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhadas à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/5/2016, no Município de Santos Dumont, para conhecimento e adoção de providências cabíveis para apurar o possível envolvimento de membros do Ministério Público Estadual em processos ilegais de adoção e tráfico internacional de crianças na região, na década de 1980;

nº 6.048/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater o Projeto de Lei nº 1.831/2015, que estabelece diretrizes para a Política Estadual de Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, conforme solicitação do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual;

nº 6.049/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater a criação do Conselho Estadual de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;

nº 6.050/2016, dos deputados Professor Neivaldo, Cristiano Silveira e Carlos Pimenta, em que requerem sejam encaminhadas à Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Lima, aos cuidados das Sras. Andressa de Oliveira Lanchoti e Elva Cantero, promotoras, as notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária, realizada em 27/4/2016, para conhecimento e providências para interposição, no âmbito de suas competências, das medidas administrativas e judiciais inerentes à proteção do Sr. Jurandir Persichini Cunha, bem como para a célere e rigorosa apuração das denúncias referentes a crimes contra o patrimônio e de ameaça praticados contra o denunciante em razão de sua atividade voltada para a preservação ambiental do Município de Rio Acima e região;

nº 6.051/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ – as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/5/2016, no Município de Santos Dumont, para conhecimento e adoção de providências cabíveis para apurar o possível envolvimento de membros do Poder Judiciário Estadual em processos ilegais de adoção e tráfico internacional de crianças na região, na década de 1980;

nº 6.052/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Social as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/5/2016, no Município de Santos Dumont, para conhecimento e adoção de providências cabíveis para incluir as famílias que sofreram possíveis crimes de adoção ilegal de crianças e tráfico de pessoas, ocorridos na região na década de 1980, no programa de proteção às pessoas ameaçadas;

nº 6.053/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhadas à Superintendência Regional de Polícia Federal em Juiz de Fora as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/5/2016, no Município de Santos Dumont, para conhecimento e junção ao inquérito policial instaurado para apurar a ocorrência de possíveis processos ilegais de adoção e tráfico internacional de crianças na região, na década de 1980;



nº 6.054/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhadas às Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/5/2016, no Município de Santos Dumont, para conhecimento;

nº 6.055/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhadas ao Tribunal de Justiça do Estado as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/5/2016, no Município de Santos Dumont, para conhecimento e adoção de providências cabíveis para apurar o possível envolvimento de membros do Poder Judiciário Estadual em processos ilegais de adoção e tráfico internacional de crianças na região, na década de 1980;

nº 6.056/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhadas ao Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, aos Conselhos Tutelares de Santos Dumont e de Juiz de Fora, à Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, à OAB Seção Minas Gerais e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/5/2016, no Município de Santos Dumont, em que se debateu a ocorrência de possíveis processos ilegais de adoção e tráfico internacional de crianças na região, na década de 1980.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2016.

Cristiano Silveira, presidente – Cabo Júlio.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/5/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 1.117/2015, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja inserido nos anais da Casa o "Manifesto contra a terceirização: muito além do Projeto de Lei nº 4.330/2004". A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.137/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de saúde pedido de informações sobre a falta de repasse de recursos para o Município de Juiz de Fora, esclarecendo-se quais são os repasses programados para aquisição dos medicamentos, quais valores já foram repassados para o referido município durante o ano de 2015, quais medicamentos já foram fornecidos e a respectiva quantidade e se há algum recurso que não foi



repassado e por qual motivo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.138/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de saúde pedido de informações sobre o valor gasto pelo Estado com as ações judiciais referentes ao fornecimento de fórmulas infantis especiais a pacientes com alergia à proteína do leite de vaca. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.139/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao presidente do Ipsemg pedido de informações sobre o nome dos credenciados do Estado e o valor do teto de cada um deles, o número de atendimentos no Hospital do Ipsemg bem como as especialidades atendidas, quais são os vazios assistenciais e as medidas tomadas para resolver o problema e o prazo de atendimento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.142/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a detenção em flagrante, pela Polícia Federal, em Juiz de Fora, de dois fiscais dessa autarquia, por estarem supostamente recebendo propina em um posto de combustível, especificando-se as providências administrativas e disciplinares tomadas pelo Ipem-MG; a existência de registros de ocorrências por práticas irregulares assemelhadas ou denúncias anteriores contra esses fiscais; a existência de programas ou ações que objetivem o combate a atuações delituosas de seus agentes; e como é feito o acompanhamento e a fiscalização da atuação de seus agentes nas aferições e medições realizadas em postos de combustíveis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.155/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre o motivo da demora de até três anos no atendimento das solicitações de aumento da potência dos transformadores, quando os cidadãos mineiros fazem construções, reformas ou ampliações de instalações residenciais ou comerciais que o exigem. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.216/2015, da Comissão de Agropecuária, em que solicita seja encaminhado ao secretário de agricultura pedido de informações sobre as razões da paralisação da obra de construção do abatedouro regional do Município de Coimbra, objeto do Termo de Convênio nº 12.187/2010, firmado entre a mencionada secretaria e a prefeitura desse município. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.229/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao secretário de defesa social pedido de informações sobre a transferência de 170 detentos de Juiz de Fora, no último dia 8, especificando-se quais critérios foram levados em consideração para justificar a transferência; quais as condições atuais da infraestrutura e da população carcerária na cidade; se foram avaliadas e atendidas as condições de salubridade dos detentos; e que contrapartida, em termos de estrutura, será oferecida para melhor atendimento da segurança da população da cidade diante do risco de motins e fugas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.252/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à diretora-presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre a existência de um instrumento jurídico contendo as obrigações de investimentos da empresa nos municípios abrangidos pelo sistema de abastecimento Vargem das Flores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.253/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de defesa social pedido de informações sobre a estratégia de enfrentamento do aumento da criminalidade no hipercentro de Belo Horizonte e as ações de prevenção e combate à comercialização e ao uso do *crack* e outras drogas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.254/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que solicita seja encaminhado à secretária de educação pedido de informações sobre a política pública destinada às ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas entre crianças e adolescentes nas escolas do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.255/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de defesa social e ao secretário de saúde pedido de informações sobre a política pública destinada a ações de prevenção ao uso do álcool e outras drogas e de recuperação da saúde dos usuários. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.256/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de saúde pedido de informações sobre a quantidade de processos judiciais determinando a internação ou o tratamento dos usuários de álcool e outras drogas, do ano de 2012 ao primeiro trimestre de 2015, com vistas a conhecer a ampliação dessa demanda. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.257/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de transporte e obras públicas pedido de informações sobre as obras de melhoria da MG-060, entre os Municípios de Esmeraldas e São José da Varginha, e o contrato de concessão da referida rodovia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.258/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de transporte e obras públicas e ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre as metas e os cronogramas pactuados para a construção dos trevos no entrocamento da Rodovia MG-050 com a Avenida Arlindo Figueiredo e com o Distrito Industrial 2, decorrentes do contrato de parceria público-privada cujo objeto é a concessão patrocinada da referida rodovia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.433/2015, da deputada Ione Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.371/2015, do deputado Durval Ângelo, que dá nova redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 13.955, de 20 de julho de 2001, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos carcerários. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que concede novo prazo para o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.548, de 27 de julho de 1994, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Palma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.853/2015, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Itaguara. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.



Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.223/2015, do deputado Cristiano Silveira, que dispõe sobre a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Direitos Humanos, que opina pela rejeição da Emenda nº 2 e pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicada a Emenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.905/2015, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibirité o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Transporte.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.004/2015, do deputado Thiago Cota, que institui o Dia Estadual do Doador de Medula Óssea. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 24/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.566/2015, do deputado João Leite.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.973/2015, do deputado Cabo Júlio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 3.794 a 3.800 e 3.802 a 3.804/2016, do deputado Cabo Júlio; 4.547, 4.557, 4.567 a 4.570, 4.607, 4.663, 4.668, 4.669, 4.677, 4.681 e 4.684/2016, do deputado Sargento Rodrigues; 4.556/2016, do deputado Noraldino Júnior; e 4.689 a 4.695/2016, do deputado Douglas Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a violência no Município de Betim e a integração dos órgãos de defesa social para diminuir os atuais índices de criminalidade.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 24/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.111/2015, do deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.608/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel; 4.650/2016, do deputado Duarte Bechir; 4.667/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 4.674/2016, do deputado Emidinho Madeira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 255/2015, do deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 4.662/2016, da deputada Ione Pinheiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 24/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.149/2015, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.595/2015, do deputado Tiago Ulisses; e 3.251/2016, do deputado Bosco.



Requerimento nº 4.548/2016, do deputado Tito Torres.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nos 2.669/2015, do deputado Antônio Jorge, e 2.919/2015, do deputado Léo Portela.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nos 3.234/2016, do deputado Léo Portela, e 3.417/2016, do deputado Tito Torres.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 25/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para a Indicação da Sra. Maria Tereza Lara para o Cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam

Nos termos regimentais, convoco os deputados Ivair Nogueira, Celinho do Sinttrocel, Dirceu Ribeiro e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/5/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública da indicada para o cargo de presidente da Fundação Educacional Caio Martins –



Fucam –; discutir e votar o parecer para o turno único da Indicação nº 23/2016, do governador do Estado; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2016.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Leite, André Quintão, Cabo Júlio e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/5/2016, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 2º turno do Projeto de Lei nº 1.566/2015, do deputado João Leite, de discutir e votar o parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 1.973/2015, do deputado Cabo Júlio, e de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência de convidados, proceder à entrega dos diplomas referentes a votos de congratulações com os bombeiros militares lotados no 1º, 2º e 3º Batalhões de Bombeiro Militar, no Batalhão de Operações Aéreas, no Batalhão de Emergências Ambientais e Resposta a Desastres, na Companhia Independente de Resgate e no Comando Operacional de Bombeiros, pela atuação no combate a um incêndio na Prefeitura de Santa Luzia, no dia 25/9/2015; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados Tadeu Martins Leite, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/5/2016, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei Complementar nº 14/2015, do deputado Sargento Rodrigues, dos Projetos de Lei nºs 343/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior, 878 e 1.063/2015, do deputado Sargento Rodrigues, 1.314/2015, do deputado Bonifácio Mourão, 2.605/2015, do deputado Sargento Rodrigues, 2.728/2015, do deputado Antônio Jorge, 2.772/2015, do deputado Gustavo Corrêa e outros, 3.007/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., 3.064 e 3.172/2015, do deputado Antônio Jorge, 3.205 e 3.420/2016, do deputado Sargento Rodrigues, 3.446/2016, da deputada Ione Pinheiro, 3.467/2016, do deputado Arnaldo Silva, 3.476/2016, do deputado Isauro Calais, 3.521/2016, do deputado João Magalhães, e 3.522/2016, do deputado Roberto Andrade; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 2.540/2015, do deputado Gustavo Valadares, 2.702/2015, do deputado Douglas Melo, 2.826/2015, do deputado Léo Portela, 3.223/2016, do deputado Fred Costa, 3.339/2016, do deputado Dirceu Ribeiro, 3.440, 3.441 e 3.455/2016, do deputado Fabiano Tolentino, 3.462, 3.464 e 3.465/2016, do deputado Hely Tarquínio, 3.466 e 3.470/2016, do deputado João Vítor Xavier, 3.474/2016, do deputado Doutor Jean Freire, 3.477/2016, do deputado Noraldino Júnior, 3.479/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.483/2016, do deputado Rogério Correia, 3.488/2016, do deputado Thiago Cota, 3.525/2016, do deputado João Magalhães, e 3.531/2016, do deputado Tito Torres; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2016.

Leonídio Bouças, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Leite, André Quintão, Cabo Júlio e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/5/2016, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 1.566/2015, do deputado João Leite, de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.973/2015, do deputado Cabo Júlio, de votar, em turno único, o Requerimento nº 4.706/2016, do deputado Sargento Rodrigues, de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência de convidados, proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os policiais militares que atuaram em operação realizada no Município de Itacambira, em 8/4/2016, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e Extraordinária das Mulheres**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular, e as deputadas Rosângela Reis, Celise Laviola, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro e Marília Campos, membros da Comissão Extraordinária das Mulheres, para a reunião a ser realizada em 24/5/2016, às 16h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o projeto Movimento Mamamiga pela Vida, conforme solicitação da Associação de Prevenção do Câncer na Mulher – Asprecam –, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2016.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Missionário Márcio Santiago, Leandro Genaro e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/5/2016, às 9 horas, em Mantena, com a finalidade de, em audiência pública, debater o impacto da propaganda no consumo de bebidas alcoólicas entre os jovens e a necessidade de alteração da Lei Federal nº 9.294, de 1996, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2016.

Antônio Jorge, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Emidinho Madeira, Inácio Franco, Nozinho e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/5/2016, às 13 horas, em Carmo do Rio Claro, no Grêmio Esporte Clube, na Praça Dona Maria Dutare, 200, com a finalidade de, em audiência pública, debater a implantação dos programas de melhoria da qualidade do rebanho bovino em Minas e no Brasil, tendo em vista a possibilidade de implantação desse programa nas regiões Sul e Sudoeste do Estado, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Visita da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Missionário Márcio Santiago, Leandro Genaro e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 1º/6/2016, às 8 horas, ao Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza (CE), com a finalidade de realizar assembleia geral para dar prosseguimento à criação da Associação Nacional pela Restrição da Propaganda de Bebidas Alcoólicas, no XXXII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2016.

Antônio Jorge, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.411/2016****Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório**

De autoria do deputado Carlos Pimenta, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Córrego do Soim II, com sede no Município de Porteirinha.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.411/2016 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Córrego do Soim II, com sede no Município de Porteirinha.

Tendo como objetivos a promoção da assistência social, educação e saúde, do voluntariado, do desenvolvimento econômico-social e da cidadania, a entidade se propõe uma ampla gama de ações, que vão desde a aquisição de imóveis necessários à instalação dos setores de produção, beneficiamento e armazenagem, orientação técnica e jurídica, qualificação e treinamento profissional, passando pela assistência integral à saúde, aquisição de medicamentos e veículos para transporte de doentes e moradores na comunidade, proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, até à capacitação e formação política de diretores, conselheiros e lideranças populares.

Propõe-se, ainda, a estimular a participação e inserção das trabalhadoras rurais e agricultoras familiares na definição e execução de políticas públicas para as mulheres.

Pela atuação em prol do fortalecimento do produtor rural e, em consequência, da fixação do homem no campo, a entidade é merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.411/2016 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2016.

Inácio Franco, relator.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 18/5/2016**

O deputado Léo Portela* – Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio; senhoras e senhores deputados, hoje ocupo a tribuna desta egrégia Casa de leis para trazer à baila não apenas uma discussão política, mas talvez muito mais uma discussão filosófica, comportamental, levando em consideração os padrões de hoje da humanidade, da sociedade. E o que me causa espécie, como mineiro, como brasileiro, como terráqueo, como ser humano, é aonde vai a humanidade. O deputado Hely Tarquínio, pessoa que estuda sempre os grandes filósofos, já discutiu diversas vezes comigo, e quero levantar a discussão sobre a pós-modernidade. O que é a pós-modernidade, em que o contexto mundial está inserido. A pós-modernidade, segundo o filósofo polonês Zygmunt Bauman, é o estado em que coisas sólidas como valores, sentimentos, relacionamentos passam a se tornar líquidas, passam a se tornar flexíveis, e assim muito mais dinâmicas e liquefeitas.

Vemos os relacionamentos humanos hoje liquefeitos, vemos os conceitos de família e de sociedade liquefeitos, vemos valores relativos à vida liquefeitos. Vivemos um mundo líquido, um mundo do amor líquido, um mundo das relações líquidas, um mundo da vida líquida. E para que isso? Para que a realidade caiba no recipiente da vida de qualquer um. Cada vida tem um molde, cada vida tem um modelo, cada vida é representada por um recipiente. E valores sólidos, valores imutáveis não cabem em qualquer recipiente para satisfazer as vontades daqueles recipientes. Assim sendo, esses valores, esses relacionamentos, esses sentimentos precisam se tornar líquidos para que a vontade pessoal de cada ser humano seja satisfeita, porque vivemos hoje numa sociedade acima de tudo hedonista, egoísta; uma sociedade que necessita satisfazer imediatamente suas vontades, seus desejos, seus prazeres.

Temo eu pelo futuro da nossa sociedade, temo eu pelo futuro das novas gerações. Temo porque vejo governos se amoldando e se conformando com essa realidade; vejo políticas sendo formuladas com base nessa realidade; vejo políticas formuladas com base na satisfação de vontades imediatas; políticas que não pensam no futuro, políticas imediatistas, políticas formadas porque a realidade do homem é uma. O homem não ama o objeto do seu desejo, a satisfação da sua vontade: o homem ama ter o sentimento da vontade, ama ter o desejo, ama o próprio desejo em si. E essa é a realidade da nossa sociedade, essa é a realidade pela qual o mundo caminha.

Vemos conceitos hoje, como o conceito de família, totalmente deturpados. Vemos pessoas que odeiam a concepção familiar, liquefazendo os valores de família para que seus desejos pessoais sejam supridos. Vemos relacionamentos hoje indo por água abaixo porque as vontades pessoais não são atendidas imediatamente, inclusive na política. Hoje vemos eleitores se manifestando pelas redes sociais, por exemplo, e as redes sociais são também um canal extremamente pós-moderno. Vemos eleitores se manifestando aos parlamentares quando não concordam com um ponto específico numa votação ou em outra, ou num posicionamento A ou B. Eles se manifestam da seguinte forma: “Deputado, votei no senhor e não voto nunca mais porque o senhor me desagradou nessa votação especificamente, ou nesse tema especificamente”. Ora, as pessoas não são feitas para satisfazer as vontades umas das outras; as pessoas são feitas para conviverem em harmonia, principalmente na democracia. E na democracia há a pluralidade de opiniões. Assim, o parlamentar às vezes se posiciona com uma opinião diversa da do seu eleitor.

Mas o eleitor, movido pela pós-modernidade, pela vontade de satisfazer suas necessidades naquele momento, apresenta questionamentos um tanto quanto alérgicos, o que acaba por prejudicar o parlamentar no seu campo de atuação, que é a tribuna, que são as comissões, e é a efetiva atividade legislativa. Preocupa-me o modelo de políticas públicas que o Brasil adotou nos últimos anos, o modelo de políticas públicas que traz esses modelos de liquefação de relacionamento para o dia a dia da sociedade. Um exemplo é a ideologia de gênero. A ideologia diz que você não é aquilo que você nasce, que o homem não nasce homem, que a mulher não nasce mulher, mas a pessoa deve livremente optar por aquilo que ela quer ser,



sem pressão da sociedade, sem pressão dos relacionamentos. A criança deve livremente dizer “Hoje quero ser homem, amanhã quero ser mulher.”, porque as pessoas devem ser livres para satisfazer suas vontades imediatamente, independentemente da realidade dos valores da sociedade. Aí vemos políticas como a ideologia de gênero, que macula nossas crianças, o futuro delas, vemos alguns planos municipais de educação ao arrepio da lei, aprovado no Plano Nacional de Educação – PNE –, trazendo esses posicionamentos ideológicos, pós-modernos. Primeiramente querem destruir os nossos valores porque se dizem progressistas. Que progresso é esse? O progresso da liquefação, o progresso que destrói famílias, o progresso que destrói relacionamentos? Que progresso é esse?

Hoje é o Dia Nacional do Combate à Exploração Juvenil, exploração de crianças e jovens. O Brasil carrega a marca nefasta, a marca sinistra de ser o segundo país mais pedófilo do mundo. Quais são as políticas formuladas com efetividade para mudar essa realidade? Quais são os parlamentares que se desdobram diuturnamente para mudar essa realidade? Onde estão os veículos de imprensa para denunciar essa realidade, para dizer que o Brasil é o segundo país mais pedófilo do mundo?

Mas não. As discussões se baseiam no nível, no valor da taxa de juros, no índice de atividade econômica, no índice de desemprego ou de emprego. São discussões importantes? São. Mas onde ficam os valores da nossa sociedade? Não apenas os valores que afetam o bolso, mas sobretudo os valores que afetam o futuro e o coração da nossa gente, afetam o futuro das famílias, afetam o futuro das novas gerações? Brasil, país que carrega a marca triste do segundo mais pedófilo do mundo. Brasil, país que carrega também a marca de 150 homicídios por dia.

Você vê essas discussões nas mesas de bar? Você vê essas discussões no dia a dia das famílias? Você vê essas discussões nas redes sociais? Não. Discute-se aquilo que afeta o bolso, discute-se aquilo que impede sua vontade, a vontade de consumir, de satisfazer imediatamente o hedonismo que lhe move. Isso que faz com que essa discussão esteja acima da discussão de valores. Onde vamos chegar? Onde os mineiros chegarão, onde os brasileiros chegarão, onde a humanidade chegará?

Que os políticos não se conformem, que os governos não se conformem, que a sociedade não se conforme com essa realidade de liquefação total da sociedade.

Deiró Marra, V. Exa. é uma pessoa que se preocupa com a família, se preocupa com os valores da sociedade, e, ali em Patrocínio, levanta a voz em favor das famílias. Sei que V. Exa. comunga dessa opinião e agora, com muita honra, ofereço-lhe este aparte.

O deputado Deiró Marra (em aparte)* - Deputado Léo, é muito oportuna e atual a colocação que o nobre colega faz. Gostaria de dizer que, ouvindo atentamente suas palavras, refletia o que essa degradação da família tem trazido. Queria citar um exemplo do quanto isso é real e importante. Tivemos um caso específico na nossa cidade, Patrocínio, onde o ex-prefeito, Sr. Júlio César Elias Cardoso, cometeu exatamente esse ato de pedofilia, ficou preso na Penitenciária Estadual Expedito Faria Tavares, na cidade, e responde hoje a processo por ter cometido um ato, um abuso sexual contra uma criança de 7 anos. Ele está respondendo a processo, é uma pessoa que degradou a comunidade, degradou a família. Venho mencionar isso pela importância que esse fato toma no contexto de todas as famílias. Sermos um país que está na segunda posição desse *ranking* é uma triste visão. Gostaria de ter ouvido todas as informações, menos essa, deputado Léo.

Parabéns por sua fala, parabéns por sua postura, sempre em defesa dos valores da família. Parabéns, continue nessa linha. Independentemente de ideologia e de religião, espero realmente que V. Exa. se mantenha íntegro nessa conduta de família que tem.

O deputado Léo Portela* - Muito obrigado, deputado Deiró Marra. Termina esta participação citando um versículo bíblico. “Mas você vai trazer um versículo bíblico ao Plenário da Assembleia, deputado?” Sim. Isso não tem nada a ver com religião. Isso tem a ver com valores. A Bíblia ensina valores. A Bíblia não ensina religiões. A Bíblia não traz uma religião, a Bíblia traz valores. E o versículo diz o seguinte: “Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação da vossa



mente, para que proveis qual é a boa, agradável e perfeita vontade de Deus”. Que o Brasil prove a boa, a perfeita, a agradável vontade de Deus. Que a humanidade prove a boa, a perfeita, a agradável vontade de Deus. Que as novas gerações provem e experimentem a boa, a perfeita, a agradável vontade de Deus.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador

O deputado Deiró Marra* – Sr. Presidente, colegas e parlamentares, o que nos traz a esta tribuna, nesta bela tarde de quarta-feira, é um assunto que trata da rotina que a Secretaria de Meio Ambiente – Semad – impõe e os trajetos que esses projetos tomam para nós, mineiros.

Queria falar, desta tribuna que ocupei, especificamente de um assunto. Sr. Presidente, V. Exa., que é de uma cidade muito próxima à nossa querida Patrocínio, Patos de Minas, sabe da importância da instalação da mineradora Vale para todos nós da cidade de Patrocínio. V. Exa. sabe da importância e da relevância da instalação da fábrica da Yara Galvani na cidade de Serra do Salitre. V. Exa. e todos os mineiros que estamos ali, na região do Alto Paranaíba, sabem da importância e da relevância dessas duas mineradoras.

Lembro-me de quando o deputado Gustavo Corrêa dizia da importância que as mineradoras têm para Minas. Temos consciência dessa importância e da relevância desse trabalho, mas é importante dizer dos desdobramentos dessas instalações. É importante dizer do desdobramento e das consequências dessas instalações. Portanto, quero tratar aqui hoje, de forma muito clara, desse assunto. Fomos muito contundentes quando da instalação da Vale Fertilizantes no nosso Município de Patrocínio. Esse projeto previa inicialmente um investimento de mais de dois bilhões; esse projeto previa uma fábrica, a exploração, a industrialização, o aperfeiçoamento, a melhoria desse minério e a transformação do produto no fosfato. Hoje, com tristeza, Patrocínio ficou apenas com a exploração do minério, ficou apenas e tão somente com aquilo que foi colocado como mais economicamente viável. O projeto avançou, e a Vale conseguiu demonstrar a viabilidade econômica da instalação e da exploração do minério em Patrocínio e, entre aspas, a “industrialização” na cidade de Araxá.

Acho importante ressaltar e fazer esse pequeno preâmbulo, presidente, para dizer que nós, daquela região de Serra do Salitre e Patrocínio, depois de não haver a possibilidade de instalação da fábrica, sabemos da importância da exploração do minério, ainda que seja para ser levado para Araxá. Não somos contra esse fato. Pelo contrário, uma vez que temos a necessidade de fazê-lo por questões economicamente viáveis, somos parceiros para que a empresa Vale possa fazer esse trabalho. No entanto, é importante falar sobre as expectativas. Tínhamos a expectativa de cerca de 2.500, de 3.000 empregos numa cidade de 100 mil habitantes. Esse número caiu para pouco mais de 250 empregos diretos e indiretos.

Até aí tudo bem. O que ocorre? Recentemente tínhamos a instalação de um centro de triagem de animais silvestres. O que vem a ser isso? É importante dizer isso aqui, deputado Doutor Jean Freire, para que situemos qual o nosso discurso desta tarde. É um centro que coloca para o município, para o IEF a responsabilidade de cuidar e de acompanhar o bioma, a fauna dos animais silvestres.

E aí volto a dizer: a intervenção, a exploração é dentro Município de Patrocínio, é dentro da área territorial desse município. As mineradoras querem e colocaram como sugestão que isso fosse instalado dentro do município, porque é lá que o impacto ambiental vai ocorrer, e, infelizmente, na Supram de Uberlândia, por orientação do IEF, ele foi designado para Patos de Minas, que está há mais de 100km do local de exploração.

Patrocínio tem uma universidade que tem medicina veterinária, agronomia, engenharia, apresentou laudos, tudo, com a disposição de que o bioma afetado fosse monitorado pela universidade. Mas o IEF – e aqui faço um mea-culpa porque pertencço a um governo, sou base de um governo e tenho a honra de ter ajudado esse governo – mas, nosso governo, através do IEF da nossa regional, acha melhor porque temos de deslocar mais dois funcionários, em vez de deslocarmos o funcionário, e aí, Inácio, deslocar os animais, deslocar os pesquisadores.



Que inteligência tem uma mente que dirige um instituto florestal desse? Que razão existe para um cidadão escrever, como está escrito nas minhas mãos, uma resposta do nosso governo, feita pelo Sr. Washington Luiz Silva Lima, chefe regional em Uberlândia, ao magnífico reitor da Universidade de Patrocínio, respondendo por questões logísticas?

Seria melhor que isso fosse para Patos de Minas. Sou conhecedor das duas cidades, sou filho das duas cidades, conheço a região e posso assegurar aos senhores: precisamos de um governo, neste momento, que tenha sensibilidade de escutar mais, um governo que tenha sensibilidade de ouvir mais, e ouvir, principalmente, seus parlamentares, porque estão lá na base, porque estão conhecendo os problemas, porque fizemos, sim, uma grande movimentação dentro dessa universidade para que ela tivesse a oportunidade de apresentar essa questão. E foi colocada, foi feita, junto ao IEF, junto à Supram de Uberlândia, mas, infelizmente, a decisão foi como está aqui na resposta: "Em reunião ocorrida no dia 9 de março em Uberlândia, com a participação do IEF, da Supram, o Ministério Público, as empresas Galvani e Vale Fertilizantes, para a discussão do cumprimento da condicionante para a construção do Setas-Cras, será no Município de Patos, por uma questão administrativa e de logística do IEF".

Então, quero aqui fazer um apelo ao nosso diretor, à nossa diretora do IEF, ao nosso secretário de Agricultura e, em especial, à superintendente que está assumindo, que está respondendo interinamente pela Secretaria de Meio Ambiente: precisamos rever essa decisão. Temos tido a oportunidade de conversar com a diretoria e com todos os envolvidos, especialmente, tanto da Yara Galvani quanto da Vale.

A consciência deles é fazer onde há bioma que será afetado. Para mim, isso demonstra claramente um descredenciamento, um desmerecimento da nossa universidade em acompanhar isso. O mais importante é que a condicionante da construção do centro de triagem e acompanhamento da fauna silvestre é de responsabilidade integral das empresas exploradoras. Depois de construído, o centro ficará à disposição do IEF. Quero mostrar isso com muita transparência.

Ocupo esta tribuna hoje, porque ontem, apesar da ausência do deputado Celinho do Sinttrocel, nosso sempre companheiro, aprovamos na nossa comissão, em parceria com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a convocação do chefe da Supram em Uberlândia, Sr. Franco, e do diretor regional de Uberlândia, Sr. Washington Luís, para que, em audiência, possam nos dar explicações sobre o que entendem de logística, uma vez que não conseguimos entender: se a área a ser monitorada, pesquisada e visitada está lá no bioma de Patrocínio, por que transferir isso apenas porque Patos tem a regional do IEF? Neste momento, não podemos nos preocupar. Senão, teremos um faz de conta de acompanhamento, um faz de conta de monitoramento. E não é isso o que queremos. Inclusive, fizemos um pedido e o encaminharemos novamente à diretoria do IEF e especialmente à Semad, de forma que essa situação seja revista. Na reunião que realizamos, houve um posicionamento até mesmo com um parecer escrito do Ministério Público de Patrocínio, demonstrando que o centro de triagem pode ser feito em nosso município.

De forma muito clara, queremos agradecer às duas empresas, a Galvani e a Vale, por incentivarem, acreditarem que a nossa universidade de Patrocínio possa realmente construir esse centro de triagem. Elas deram todas as informações necessárias. Portanto, agradeço, de público, a essas empresas, especialmente a Galvani, na Serra do Salitre, que adiantou a obra e acompanhou, durante muito tempo, as condicionantes para essa área. Agradecemos mais uma vez ao Dr. Roberto Galvani. Temos a satisfação de ter em nossa cidade um empreendimento sério, que realmente está acontecendo.

Parabéns para a Serra do Salitre! Parabéns para o nosso querido prefeito João Vicente! Que ele realmente possa aproveitar esse grande momento da industrialização na cidade. Que Patrocínio também possa ter essa oportunidade com a Vale.

Queremos fazer realmente esse pedido à diretoria da Vale aqui em Belo Horizonte. Tivemos a oportunidade de nos reunirmos com o Dr. Walter, com o Felon e dizer da satisfação que tivemos ao ver que os planos desse investimento são muito bem fundamentados. Que possamos ter a engrenagem desse projeto da Vale e que possamos, de verdade, reconhecer,



na área ambiental, que o que estamos propondo com essa parceria com a nossa universidade é muito bom para a nossa região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador

A deputada Geisa Teixeira – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Ocupo esta tribuna para fazer um agradecimento ao nosso governador Fernando Pimentel por duas ações importantes que, recentemente, foram realizadas no nosso Sul de Minas.

O governador Fernando Pimentel lançou, na segunda-feira passada, dia 16, em Santa Rita do Sapucaí, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios para empresas do polo eletroeletrônico da região. Com recursos iniciais de R\$50.000.000,00, a iniciativa visa dar condição às empresas abrangidas pelo arranjo produtivo local – um dos mais bem-sucedidos de Minas Gerais e dos mais consolidados do País – a possibilidade de obtenção de crédito de forma mais vantajosa e econômica. O sucesso alcançado pelo polo eletroeletrônico fez com que o Estado optasse por reforçar a região através de uma parceria com a Codemig – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais –, que será responsável pelo aporte de recursos para auxiliar as empresas ali instaladas.

O governo do Estado já investiu R\$6.600.000,00 no polo do Sul de Minas por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios consiste no compromisso do governo do Estado de realizar aportes de até R\$50.000.000,00, em 36 meses, para o setor eletroeletrônico no polo de Santa Rita do Sapucaí, que engloba também os Municípios de Pouso Alegre, Itajubá e Varginha e é integrado por mais de 150 empresas. O fundo terá como gestor o Bancoob-Sicoob, que será o responsável por atrair, cadastrar e realizar operações financeiras com as empresas.

Investir nos arranjos produtos locais, os APLs, é uma das políticas de desenvolvimento econômico defendidas pelo governo do Estado. Tem como meta o fortalecimento das economias regionais, por meio da integração e da complementação das cadeias produtivas locais e da geração e promoção de processos permanentes de cooperação, difusão e inovação.

Os APLs são aglomerações de empresas de uma mesma cadeia produtiva em uma determinada região, como é o caso do setor eletroeletrônico do Sul de Minas, que representam importantes eixos de desenvolvimento regional.

De acordo com o governador, os números apresentados pela Codemig são impressionantes: vamos emprestar com juros de 1,7%, quando no mercado formal estão praticamente em 4%. O arranjo produtivo local de Santa Rita do Sapucaí representa um marco no desenvolvimento da região e destaca-se como ambiente empreendedor formado por empresas, incubadoras e por uma base educacional consistente.

Minas Gerais conta com 38 APLs. O Vale da Eletrônica do Sul de Minas é formado por várias instituições de ensino e 153 empresas de setores, que vão da informática à telecomunicação, e geram 14 mil empregos diretos e indiretos.

Não é por acaso que minha região, o Sul, é comparada ao Vale do Silício, na Califórnia, nos Estados Unidos, criada na mesma época, nos anos 1950. Mais de 13 mil produtos são fabricados na região, inclusive em Varginha, que tem várias empresas que migraram parcialmente da tradição do café e do leite para enveredar no universo dos fios, placas, *chips* e transmissores, gerando mais emprego e renda para nosso povo e nossa região.

Estou muito orgulhosa com o sucesso da região Sul de Minas em tecnologia de ponta e com o tratamento que vem recebendo do nosso governador Fernando Pimentel. Recentemente, em 28 de abril, foi inaugurada na minha cidade de Varginha a 2ª Companhia de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, com um helicóptero Esquilo equipado com UTI móvel completa, para realização de atendimentos em parceria com o Samu. A 2ª Companhia é a primeira fora de Belo Horizonte. Esse é um grande avanço para o nosso Sul de Minas, deputado Doutor Jean Freire. Foi uma das questões levantadas pelo nosso fórum no Território Sul e prontamente atendida pelo nosso governador Fernando Pimentel.

O Samu Macro Sul, localizado em Varginha, completou um ano de inauguração. Em janeiro de 2015 o governador esteve em Varginha e inaugurou nosso Samu, considerado o maior do País pelo Ministério da Saúde pela sua abrangência em



quantidade de municípios atendidos – 153 –, beneficiando 2.700.000 pessoas, com 4.250 atendimentos por mês, com 593 profissionais.

Nessa inauguração da 2ª Companhia de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, a ela foi destinado um helicóptero Esquilo SAV – Suporte Aéreo Avançado de Vida –, em parceria com o Samu, muito bem equipado para salvar vidas. Ele possui aparelhos portáteis de UTI, além de atendimento pré-hospitalar, como casos de urgências em acidentes automobilísticos, transportes de equipes para captação de órgãos e também nos próprios atendimentos dos bombeiros como combate a incêndios, transporte de acidentados, entre outros.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte)* – Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a deputada Geisa Teixeira pela atuação brilhante que desenvolve nesta Casa. Quero dizer que estava sentindo falta da sua pessoa aqui. É de conhecimento que V. Exa. passou por problema de saúde, mas já está recuperada.

Por falar em saúde, a deputada enumera as conquistas em relação ao Corpo de Bombeiros. Como médico, deputada, sei da importância do Corpo de Bombeiros na região. O Sul de Minas já tinha, agora está avançando mais. O Vale do Jequitinhonha é o único território que não tem Corpo de Bombeiros. Essa também foi uma das demandas. Demandamos Corpo de Bombeiros para o Vale, especificamente para Itaobim, Almenara, Araçuaí e Novo Cruzeiro. Esperamos que o mais breve possível, em parceria com os municípios, esse sonho possa ser realizado. Não é fácil ter de sair avião daqui até Araçuaí ou outra cidade para transportar um paciente.

As péssimas condições das estradas daquela região não permitem que o transporte seja feito por via terrestre.

Sabemos que o governador Pimentel e este governo vêm fazendo um trabalho brilhante ouvindo as pessoas. O ano passado foi um ano mais de escutar e de ouvir as pessoas. Agora volta-se às regiões fazendo-se a entrega dessas conquistas. Sabemos também que não são todas as conquistas que serão alcançadas. Não dá para, em tão pouco tempo, atender todas as demandas, mas sabemos que todas elas são importantes. São conquistas vindas das pessoas, de ouvir as pessoas.

Tive a oportunidade de viajar com o governador ao Vale do Jequitinhonha na quinta-feira passada, e pudemos presenciar algumas situações. O governador foi lá fazer a entrega de um convênio com a associação de prefeitos do Alto Jequitinhonha. Foram entregues a essa associação máquinas para que seja feito o asfalto de cidades, o calçamento público. É uma experiência-piloto para a qual o Vale do Jequitinhonha foi escolhido. Agradeço ao governador, uma vez que é de conhecimento de todos que essa é a região que menos se desenvolve neste estado, e essa temática tem de ser mudada.

Ainda ali, pudemos presenciar a situação da LMG-677, uma estrada de terra. São 42km que ligam a cidade de Virgem da Lapa a uma comunidade chamada Ijicatu, em José Gonçalves de Minas. Conversei muito com o governador na quinta-feira, e essa foi uma demanda do fórum de governo. Tive a felicidade de, na sexta-feira pela manhã, ouvir meu telefone tocar e ouvir que o DER estava lançando o edital para essa obra. A concorrência será feita agora na próxima sexta-feira.

As pessoas estão, deputada Geisa Teixeira, historicamente desacreditadas. Entendo que algumas falam que é porque é ano eleitoral, mas é bom lembrar que a eleição do governador e dos deputados só vai acontecer daqui a dois anos e meio. Compreendemos isso. Não estamos falando aqui que a obra está começando, mas, quando esse governo se iniciou, nem projeto tinha para essa obra histórica de desenvolvimento do Vale. O projeto teve início no dia 2/7/2015 e foi finalizado no final do ano. Nem sonhávamos com licitação, e ela já foi colocada no mercado. Agora teremos, na sexta-feira, a concorrência, e falta vencer a terceira etapa, que é ver a obra. Sabemos que isso vai depender de muita luta. Estarei lá firme com a população, lutando por mais essa conquista para o Vale do Jequitinhonha.

Queria agradecer ao governador por ter ido lá. Em um ano, o governador já esteve três vezes no Vale do Jequitinhonha. Em breve, nas próximas semanas, vai pela quarta vez a Minas Novas. Não me lembro de outro governador que tenha ido, em um ano, àquela região tão sofrida e que precisa, de uma vez por todas, ter seu desenvolvimento alavancado.

Parabéns, mais uma vez, deputada Geisa Teixeira.



A deputada Geisa Teixeira – Obrigada, Doutor Jean Freire. É um prazer ouvi-lo, é muito bom ouvir sua fala, que mostra seu compromisso com o Vale do Jequitinhonha e o compromisso do nosso governador Fernando Pimentel.

Encerrando, gostaria de dizer, já que estamos falando do Samu e dos bombeiros, que destinamos também, por meio de emenda parlamentar, duas unidades de resgate para o 9º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Varginha. Em breve, o governador destinará quatro helicópteros, que serão entregues em outras regiões. Acredito que sua região será contemplada também, porque é do projeto do governador que todas as regiões tenham um helicóptero para melhor atender a nossa população. É isso o que tenho a dizer. Agradeço a todos. Muito obrigada.

* – Sem revisão do orador

O deputado Celinho do Sinttrocel* – Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio; deputados e deputadas presentes no Plenário; público presente nas galerias; público que nos acompanha pela TV Assembleia; servidores da Casa, mais uma vez, retorno ao Plenário, retorno a esta Casa para falar, com muita indignação, acerca da duplicação da BR-381. A BR-381 é uma obra que nós, todos os mineiros, estamos há anos cobrando, solicitando de tantos governos. Tivemos uma alegria muito grande quando, em 2014, tivemos o lançamento da ordem de serviço da duplicação da BR-381. E por que todos nós sempre fomos responsáveis pelo apelo a tantos governos passados pela sua duplicação? Porque na BR-381 já se foram vidas incalculáveis em acidentes, e muitas famílias já sofreram. Já houve muitos prejuízos econômicos em relação ao desenvolvimento provocados pela não duplicação da BR-381. Esses prejuízos afetaram o leste mineiro, o Vale do Aço, onde o setor siderúrgico está hoje sediado, onde se encontram a Usiminas, a Aperan, a Cenibra, que ficaram muito prejudicadas. Isso comprometeu também o desenvolvimento do nosso estado. A alegria reinou no nosso estado quando foi lançado o edital para início das obras. Isso correu em 2014.

Mas venho aqui fazer registros, de certa forma negativos. Houve ameaça de paralisação total dessa obra de tamanha importância, a ponto de o Ministério Público Federal precisar ajuizar uma ação civil pública contra a União e contra o Dnit para que os trabalhos do Lote 7, onde está sendo construída uma obra de arte, um viaduto, não fossem paralisados. A paralisação do Lote 7, a não construção desse viaduto deu-se em razão da falta de uma licença ambiental que precisava ser votada pela Supram Leste, que há mais de 90 dias não votava a licença. Assim, a empresa, conseqüentemente, ameaçava tirar todos os investimentos e maquinários alocados na construção desse viaduto, dessa obra de arte. Mas o Ministério Público Federal ajuizou uma ação, e, como resultado, a juíza federal Dra. Dayse Starling Motta, diante do exposto, determinou a continuidade das obras de arte, em especial do viaduto, autorizou a supressão de mata atlântica necessária para esse feito pela Empresa Construtora Brasil – ECB – e determinou ao Dnit a continuidade das obras. Isso, de certa forma, deu mais tranquilidade, porque os prejuízos seriam maiores.

Mas eu retorno a esta tribuna para fazer um registro ainda maior, deputado Rogério Correia, de forma muito negativa.

De todos os lotes, deputado Rogério Correia, iniciados pela duplicação da BR-381, o Lote 1.2, que liga Governador Valadares a Ipatinga e de cuja licitação teve como ganhadora a construtora Engevix, foi paralisado. E, por uma ação também da Dra. Dayse, foi determinado que retornasse, mas retornou até o ponto que a empresa aceitou fazer. Mas ainda há muitas coisas que precisam ser feitas nesse Lote 1.2 e ficarão sem ser feitas.

Ao mesmo tempo, de 2014 para cá, foram construídos quatro túneis nesse trajeto da BR-381 Norte, quatro túneis que não ligam a lugar nenhum, quatro túneis, quatro obras de arte prontas que não levam a lugar nenhum porque o Dnit federal não liberou as outras ordens de serviço para ser concluída a ligação desses túneis construídos ao longo do traçado da BR-381 Norte.

Da mesma forma, temos ainda no Lote 7, próximo a Caeté e São Gonçalo, mais 20km de terraplanagem pronta da BR-381, que precisa de autorização de investimento para pavimentação asfáltica. São mais de 20km, e até hoje não houve por parte do Dnit federal uma posição de continuidade dessas obras. Isso traz inúmeros prejuízos, porque toda terraplanagem ali feita está se perdendo com o período chuvoso.



Precisamos apelar ao governo federal, ao Dnit, para que coloque a BR-381 em uma linha de prioridade dentro do seu programa. Precisamos insistir com o Dnit para que o Lote 3.1, que liga esses túneis, seja entregue pela Isolux, que foi a ganhadora, para o Dnit, e este resolva entregar para a Empresa Construtora Brasil, que tem interesse em executar as obras do Lote 3.1.

O que me assusta, deputado Doutor Jean Freire, com tudo o que está sendo anunciado, é que ontem fui ao Dnit em Minas Gerais, e as informações são as piores, porque não se vê por parte do Dnit federal prioridade na continuidade da BR-381 Norte, com ameaça de paralisação total dessa obra de duplicação.

Quero fazer uma revelação. Já foram gastos R\$270.000.000,00 com a duplicação da BR-381. Paralisar uma obra de tamanha envergadura, com a necessidade que temos de a BR-381 ser duplicada, com um investimento já alocado de R\$270.000.000,00, é desperdício do dinheiro público. Nós não podemos aceitar que isso continue acontecendo no Estado de Minas Gerais.

Por isso venho a esta tribuna fazer um apelo ao nosso governador Fernando Pimentel, a toda a base parlamentar, aos nossos 53 deputados federais de Minas, a toda a nossa Assembleia Legislativa de Minas – somos 77 deputados estaduais –, para que façamos uma união de forças, uma convergência de força política para buscar do Dnit, em Brasília, o cumprimento da continuidade da duplicação da BR-381. Eu, com vários outros deputados da Casa, como as deputadas Celise Laviola e Rosângela Reis, os deputados Bonifácio Mourão, Tito Torres, Nozinho, João Vítor Xavier, Wander Borges, todos os deputados que têm interesse e sofrem com essa falta da duplicação, devemos lutar para garanti-la. Precisamos que essa duplicação seja concluída.

Diante de todo esse lado negativo, estamos apelando para constituirmos, com os deputados federais, uma frente parlamentar de deputados mineiros para reverter essa iniciativa do Dnit e manter as obras de duplicação da BR-381. Esse atraso não é admissível. Não podemos permitir que isso aconteça, pois o Estado de Minas Gerais precisa dessa obra. Aqui, faço um apelo ao ministro Maurício Quintella, do PR, que assumiu o Ministério dos Transportes, que nos ajude recebendo essa frente parlamentar, com que pretendemos garantir que a duplicação da BR-381 não seja um sonho, mas uma realidade para o povo do Vale do Aço e do Leste mineiro.

Gostaria de poder continuar listando os problemas de que temos conhecimento para a duplicação da BR-381, que sofre essa ameaça de paralisação, mas voltarei a esta tribuna para fazer esse registro mais uma vez e deixar o povo mineiro informado desse descaso e dessa falta de prioridade. Isso não pode continuar, e essa convergência de forças políticas, com o apoio do governador do Estado, será a força maior para a gente reverter essa situação e dar fim a essa injustiça que estão fazendo com uma obra tão importante como a duplicação da BR-381. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/5/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Maria Virgília Pascoal Rosa, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Lucas Magnum Silva Cereda, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.



TERMO DE ADITAMENTO Nº 49/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Claro S.A. Objeto: prestação de serviços de TV por assinatura, a cabo, internet banda larga e telefonia fixa. Objeto do aditamento: 3ª prorrogação, com reajuste de preços. Vigência: 3/5/2016 a 2/5/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.